

Lei e graça: Uma visão reformada

Mauro Fernando Meister¹

É quase um paradigma para os cristãos modernos associar o Antigo Testamento à Lei e o Novo Testamento à Graça.² Em várias oportunidades propus a estudantes de seminário e na escola dominical estabelecer o relacionamento entre os termos e, invariavelmente, a resposta tem sido a seguinte relação:

LEI — Antigo Testamento

GRAÇA — Novo Testamento

I. Estamos sob a lei ou sob a graça?

Esse questionamento reflete um entendimento confuso do ensino bíblico acerca da lei e da graça de Deus. Muitos associam a lei como um elemento pertencente exclusivamente ao período do Antigo Testamento e a graça como um elemento neotestamentário. Isso é muitas vezes o fruto do estudo apressado de textos como:

[...] sabendo, contudo, que o homem não é justificado por obras da lei, e sim mediante a fé em Cristo Jesus, também temos crido em Cristo Jesus, para que fôssemos justificados pela fé em Cristo e não por obras da lei, pois, por obras da lei, ninguém será justificado (Gálatas 2.16).

Porque o pecado não terá domínio sobre vós; pois não estais debaixo da lei, e sim da graça (Romanos 6.14).

E, de fato, uma leitura isolada dos textos acima pode levar o leitor a entender lei e graça como um binômio de oposição. Lei e graça parecem opostos, sem reconciliação — o cristão está debaixo da graça e conseqüentemente não tem qualquer relação com a lei. No entanto, essa leitura é falaciosa. O entendimento isolado desses versos leva a uma antiga heresia chamada **antinomismo**, a negação da lei em função da graça. Nessa visão, a lei não tem qualquer papel a exercer sobre a vida do cristão. O coração do cristão torna-se o seu guia e a lei se torna dispensável.³ O oposto dessa posição é o legalismo ou moralismo, que é a tendência de enfatizar a lei em detrimento da graça (**neonomismo**). Nesse caso, a

¹ O Rev. Dr. Mauro Fernando Meister é Diretor do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper (CPAJ), da Universidade Mackenzie. Bacharel em teologia pelo Seminário Presbiteriano do Sul (extensão Goiânia), Mestre em Teologia Exegética pelo Covenant Theological Seminary, EUA, e Doutor em Literatura Semítica pela Universidade de Stellenbosch, África do Sul. É ministro presbiteriano desde dezembro de 1989. No CPAJ ensina disciplinas de Antigo Testamento, Pregação e Educação e grava o programa *Escritura em Foco*, veiculado pelo canal digital da TV Mackenzie. Escreveu, dentre outros, o livro *Lei e Graça* e artigos para a revista *Fides Reformata*. É casado com Denise e pai de Avner e Nina. Além do CPAJ também atua como pastor na Igreja Presbiteriana da Lapa, plantando uma congregação no Bairro da Barra Funda, em São Paulo, membro do Conselho de Educação Cristã e Publicações da IPB, membro do Conselho Editorial da Cultura Cristã, assessor do Sistema Mackenzie de Ensino e Diretor Executivo da Associação Internacional de Escolas Cristãs (ACSI) – Brasil. Publica artigos no Blog *O Tempora! O Mores!*.

² Este estudo foi adaptado em 02/12/2014 pelo Rev. Dr. Misael Batista do Nascimento como conteúdo adicional para os alunos da classe *Novos Membros* da Igreja Presbiteriana de São José do Rio Preto. O Rev. Misael editou as referências bibliográficas (atualizando-as, corrigindo-as e ajustando-as às normas da ABNT), realizou copidesque no texto e alterou a tabela apresentada na última página.

³ Sobre esse assunto, verificar o artigo de GODFREY, W. R. Law and Gospel. In: FERGUSON, Sinclair; WRIGHT, David F. (Ed.). *New Dictionary of Theology*. Leicester: InterVarsity, 1988, p. 379.

obediência não é um fruto da graça de Deus, uma evidência da fé, mas uma tentativa de agradar a Deus e de se adquirir mérito diante dele. Exatamente contra essa ideia é que a Reforma Protestante lutou, apresentando como uma de suas principais ênfases a *sola gratia* [somente a graça].

No século XVI, os católicos acusavam os reformadores de antinomistas, de serem contrários à lei de Deus. Até mesmo o grande reformador Martinho Lutero expressou preocupação quanto a alguns de seus seguidores que, em seu zelo de proclamar a graça por tanto tempo desprezada pela igreja, acabavam por desprezar a Lei. Desde a Reforma têm aparecido movimentos enfatizando um ou outro desses aspectos, lei ou graça, sempre de forma excludente. Um dos mais recentes movimentos nessa linha, enfatizando a graça em detrimento da lei, é o dispensacionalismo. Essa forma de abordagem surgiu no século XIX, caracterizando a lei como a forma de salvação no período mosaico e o evangelho como a forma de salvação na dispensação da igreja. Esse é, possivelmente, o movimento que mais influência exerce atualmente na interpretação do papel da lei e da graça entre os evangélicos ao redor do mundo.

Em uma direção oposta, outro grande movimento foi iniciado por Karl Barth, em seu livro *God, Grace and Gospel*, onde argui por uma unidade básica entre lei e graça, direcionando seu pensamento para um novo moralismo.⁴ Para termos uma boa ideia de como o debate ainda é atual, em 1993 foi publicado o livro *Five Views on Law and Gospel*, da coleção *Counterpoints*, no qual cinco escritores evangélicos contemporâneos expressam diferentes pontos de vista sobre a relação entre a lei e o evangelho (graça).⁵ Sem sombra de dúvida, o assunto ainda está muito longe de apresentar um consenso entre os evangélicos.

As implicações da forma como entendemos a relação entre lei e graça vão muito além do aspecto puramente intelectual. Esse entendimento vai, na verdade, determinar toda a forma como alguém enxerga a vida cristã e que tipo de ética esse cristão irá assumir em sua caminhada. John Hesselink, um estudioso sobre a relação entre lei e graça, exemplifica que, na década de 1960, os cristãos proponentes da ética situacionista se levantaram contra leis, regras e princípios gerais, propondo uma nova moralidade.⁶ *Esse movimento propõe que a ética das Escrituras não é absoluta, mas depende do contexto.* Nem mesmo a lei moral de Deus é absoluta; ela *depende da situação*. Essa proposta surgiu e se desenvolveu dentro do cristianismo tradicional, alcançando seguidores de todas as bandeiras denominacionais, praticamente sem restrições. A lei não tem mais qualquer papel determinante na ética cristã; o que determina a ética cristã é o “princípio do amor,” conclui o movimento. **A consequência dessa conclusão é que a graça suplanta a lei. As decisões éticas devem ser tomadas levando em consideração o princípio do amor.** Tome-se por exemplo a questão do aborto no caso de estupro. Aprová-lo nessas circunstâncias é um ato de amor baseado no princípio do amor à mãe que foi estuprada. Ou mesmo a questão da pena de morte. Ela não se encaixa no princípio do amor ao próximo e, portanto, não pode ser uma prática cristã. Até mesmo situações como o divórcio passam a ser aceitáveis pelo

⁴ GODFREY, op. cit., p. 380.

⁵ BAHNSEN, Greg et al. *Five Views on Law and Gospel*. Grand Rapids: Zondervan, 1996. Os cinco autores são Greg Bahnsen, Walter Kaiser Jr., Douglas Moo, Wayne Strickland e Willem VanGemeren.

⁶ Hesselink, John. Christ, the Law and the Christian: An Unexplored Aspect of the Third Use of the Law in Calvin's Theology. In: GERRISH, B. A. *Reformatio Perennis*. Pittsburgh: Pickwick Press, 1981, p. 12.

princípio do amor. A separação de casais passa a ser aceitável pelo mesmo princípio. O mesmo acontece com a homossexualidade. Aceitar a homossexualidade passa a ser um ato de amor, e portanto, essa prática não pode ser considerada como pecado, ou, se assim considerada, é um **pecado aceitável**.

Mas **seria essa a verdadeira conclusão do cristianismo e o verdadeiro ensino das Escrituras sobre a lei?** É isso que o estudo das Escrituras e o cristianismo histórico nos ensinam? Nas páginas a seguir avaliaremos o pensamento de Calvino a respeito dessa questão e a aplicação calvinista refletida na *Confissão de Fé de Westminster* (CFW).

II. O uso da lei

Para entendermos bem o uso da lei precisamos entender o que são o **pacto das obras** e o **pacto da graça**. Assim, é prudente começarmos por esclarecer o que são esses pactos e qual o conceito de lei que está envolvido na questão.

Pacto das Obras e Pacto da Graça⁷ é a terminologia usada pela *Confissão de Fé de Westminster*⁸ para explicar a forma de relacionamento adotada por Deus para com as suas criaturas, os seres humanos. Mais do que isso, essa terminologia reflete o sistema teológico adotado pelos reformados, conhecido como teologia federal.⁹ De forma bem resumida, podemos dizer que **o pacto das obras é o pacto operante antes da queda e do pecado**. Adão e Eva viveram originalmente debaixo desse pacto e sua vida dependia da sua obediência à lei dada por Deus de forma direta em Gênesis 2.17 — não comer da árvore do conhecimento do bem e do mal.¹⁰ Adão e Eva **descumpriram a sua obrigação, desobedeceram a lei e incorreram na maldição do pacto das obras, a morte**.

O pacto da graça é a manifestação graciosa e misericordiosa de Deus, **aplicando a maldição do pacto das obras à pessoa de seu Filho, Jesus Cristo, fazendo com que parte da sua criação, primeiramente representada em Adão, e agora representada por Cristo, pudesse ser redimida**. Porém, a lei antes da queda não se resume à ordem de não comer do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A lei não deve ser reduzida a um aspecto somente. Existem outras leis, implícitas e explícitas, no texto bíblico. Por exemplo, a descrição das bênçãos em Gênesis 1.28 aparece nos imperativos sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e dominai. Esses imperativos foram ordens claras do Criador a Adão e sua esposa e, por conseguinte, eram **leis**. O relacionamento de Adão com o Criador estava vinculado à **obediência**, a qual ele era capaz de exercer e assim cumprir o papel para o qual fora criado. No entanto, o relacionamento de Adão com Deus não se limitava à obediência. **Esse relacionamento, acompanhado de obediência, deveria expandir-se de maneira que nele o Deus criador fosse glorificado e o ser humano pudesse ter plena alegria em servi-lo**. A *Confissão de Fé* nos fala da lei de Deus gravada no coração

⁷ Calvino usa com certa frequência a expressão pacto da graça [por exemplo, *Comentário à Sagrada Escritura: Romanos*. 2. ed. São Paulo: Edições Parakletos, 2001, p. 286; *As Institutas: Edição Clássica*. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, III.XVII.15 (a numeração refere-se ao livro, capítulo e parágrafo/[seção] respectivamente).

⁸ Adotada como padrão de fé pela Igreja Presbiteriana do Brasil e por várias outras igrejas reformadas no mundo.

⁹ Cf. MEISTER, Mauro Fernando. Uma Breve Introdução ao Estudo do Pacto. In: *Fides Reformata*, v. III, n. 1 (1998), p. 110-122, especialmente 111-112.

¹⁰ Para mais detalhes sobre a lei, cf. MEISTER, Mauro Fernando. Uma Breve Introdução ao Estudo do Pacto (II). In: *Fides Reformata*, v. IV, n. 1 (1999), p. 89-102.

do homem (CFW IV.II). Essa lei gravada no coração do ser humano reflete o tipo de intimidade reservada por Deus para as suas criaturas.

Nesse contexto podemos perceber que **a lei tinha um papel orientador para o ser humano**. Para que o seu relacionamento com o Criador se mantivesse, o homem deveria ser obediente e assim cumprir o seu papel. **A obediência estava associada à manutenção da bênção pactual. A desobediência estava associada à retirada da bênção e à aplicação da maldição.** A lei, portanto, tinha uma função orientadora. O ser humano, desde o princípio, conheceu os propósitos de Deus através da lei. Tendo quebrado a lei, ele tornou-se réu da mesma e recebeu a clara condenação proclamada pelo Criador: a morte.

O que acontece com essa lei depois da queda e da desobediência? Ela tem o mesmo papel? Ela possui diferentes categorias? Por que Deus continuou a revelar a sua lei ao ser humano caído?

III. De que lei estamos falando?

A revelação da lei de Deus, como expressão objetiva da sua vontade, encontra-se registrada nas Escrituras. Esse registro, que começou nos tempos de Moisés, fala-nos da lei que Deus deu a Adão e também aos seus descendentes. Essa lei foi revelada ao longo do tempo. **Dependendo das circunstâncias e da ocasião em que foi dada, possui diferentes aspectos, qualidades ou áreas sobre as quais legisla.** Assim, é importante observar o contexto em que cada lei é dada, a quem é dada e qual o seu objetivo manifesto. Só assim poderemos saber a que estamos nos referindo quando falamos de Lei.

A *Confissão de Fé*, no capítulo 18, divide esses aspectos em **lei moral, civil e cerimonial**. Cada uma tem um papel e um tempo para sua aplicação:

- a) **Lei Civil ou Judicial** – representa a legislação dada à sociedade israelita ou à nação de Israel; por exemplo, define os crimes contra a propriedade e suas respectivas punições.
- b) **Lei Religiosa ou Cerimonial** – representa a legislação levítica do Antigo Testamento; por exemplo, prescreve os sacrifícios e todo o simbolismo cerimonial.
- c) **Lei Moral** – representa a vontade de Deus para o ser humano, no que diz respeito ao seu comportamento e aos seus principais deveres.

A. TODA A LEI É APLICÁVEL AOS NOSSOS DIAS?

Quanto à aplicação da Lei, devemos exercitar a seguinte compreensão:

- (a) A **Lei Civil** tinha a finalidade de regular a sociedade civil do estado teocrático de Israel. Como tal, não é aplicável normativamente em nossa sociedade. Os sabatistas erram ao querer aplicar parte dela, sendo incoerentes, pois não conseguem aplicá-la, nem impingi-la, em sua totalidade.
- (b) A **Lei Religiosa** tinha a finalidade de imprimir nos homens a santidade de Deus e apontar para o Messias, Cristo, fora do qual não há esperança. Como tal, foi cumprida com sua vinda. Os sabatistas erram ao querer aplicar parte da mesma nos dias de hoje e ao mesclá-la com a Lei Civil.

(c) A **Lei Moral** tem a finalidade de deixar bem claro ao homem os seus deveres, revelando suas carências e auxiliando-o a discernir entre o bem e o mal. Como tal, é aplicável em todas as épocas e ocasiões. Os sabatistas acertam ao considerá-la válida, porém erram ao confundí-la e ao mesclá-la com as outras duas, prescrevendo uma aplicação confusa e desconexa.¹¹

Assim sendo, **é fundamental que, ao ler o texto bíblico, saibamos identificar a que tipo de lei o texto se refere e conhecer, então, a aplicabilidade dessa lei ao nosso contexto.** As leis civis e cerimoniais de Israel não têm um caráter normativo para o povo de Deus em nossos dias, ainda que possam ter outra função como, por exemplo, ensinar-nos princípios gerais sobre a justiça de Deus. **Portanto, a lei que permanece “vigente” em nossa e em todas as épocas é a lei moral de Deus. Ela valeu para Adão assim como vale para nós hoje.** Isto implica que estamos, hoje, debaixo da lei?

B. ESTAMOS SOB A LEI OU SOB A GRAÇA DE DEUS?

Muitas interpretações erradas podem resultar de um entendimento falho das declarações bíblicas de que “não estamos debaixo da lei, e sim da graça” (Romanos 6.14). Se considerarmos que os três aspectos da lei de Deus apresentados acima são distinções bíblicas, podemos afirmar:

- a) **Não estamos sob a Lei Civil de Israel**, mas sob o período da graça de Deus, em que o evangelho atinge todos os povos, raças, tribos e nações.
- b) **Não estamos sob a Lei Religiosa de Israel**, que apontava para o Messias, foi cumprida em Cristo, e não nos prende sob nenhuma de suas ordenanças cerimoniais, uma vez que estamos sob a graça do evangelho de Cristo, com acesso direto ao trono, pelo seu Santo Espírito, sem a intermediação dos sacerdotes.
- c) **Não estamos sob a condenação da Lei Moral de Deus**, se fomos resgatados pelo seu sangue, e nos achamos cobertos por sua graça. Não estamos, portanto, sob a lei, mas sob a graça de Deus, nesses sentidos.

Entretanto...

- a) Estamos sob a Lei Moral de Deus, no sentido de que **ela continua representando a soma de nossos deveres e obrigações para com Deus e para com o nosso semelhante.**
- b) Estamos sob a Lei Moral de Deus, no sentido de que ela, resumida nos Dez Mandamentos, **representa o caminho traçado por Deus no processo de santificação efetivado pelo Espírito Santo em nossa pessoa** (João 14.15). Nos dois últimos aspectos, **a própria Lei Moral de Deus é uma expressão de sua graça, representando a revelação objetiva e proposicional de sua vontade.**¹²

¹¹ PORTELA, Francisco. Solano. *Pena de Morte: Uma Avaliação Teológica e Confessional*. Disponível em: http://www.monergismo.com/textos/etica_crista/aspectos_pena_morte_solano.htm. Acesso em: 03 dez. 2014.

¹² PORTELA, op. cit., loc. cit.

IV. Os três usos da lei¹³

Para esclarecer a função da lei de Deus dada por intermédio de Moisés¹⁴ nas diferentes épocas da revelação, Calvino usou a seguinte terminologia:

A. O PRIMEIRO USO DA LEI: USO TEOLÓGICO

É a função da lei que revela e torna ainda maior o pecado humano. Segue o ensino de Paulo em Romanos 3.20 e 5.20:

[...] visto que ninguém será justificado diante dele por obras da lei, em razão de que **pela lei vem o pleno conhecimento do pecado.**

Sobreveio a lei para que avultasse a ofensa; mas onde abundou o pecado, superabundou a graça.¹⁵

Calvino aponta para esse papel da lei diante da realidade do homem caído. Sendo o pecado abundante, vivemos no tempo em que a lei exerce o “ministério da morte” (2 Co 3.7) e, por conseguinte, “opera a ira” (Rm 4.15).

Cabe aqui uma nota sobre **a terminologia dos reformadores (especialmente Calvino) a respeito da lei.** A palavra **lei** é usada em pelo menos **dois sentidos distintos**, que devem ser entendidos a partir do contexto. Em alguns casos o termo lei é usado **como um sinônimo de Antigo Testamento**, da mesma forma como Evangelho é usado como um sinônimo de Novo Testamento. Em outros contextos o termo lei é usado como **uma categoria especial referente ao seu uso como categoria de comando, um mandamento direto expressando a vontade absoluta de Deus sobre alguma coisa, sem promessa.** É dessa forma que Calvino interpreta a lei em 2 Coríntios 3.7, Romanos 4.15 e 8.15. Nesse sentido, o binômio que se confirma é o binômio Lei x Evangelho. O mandamento que não traz salvação versus a graça salvadora de Deus. Porém, **não podemos esquecer que é o próprio Antigo Testamento que nos apresenta a promessa da salvação de Deus, a sua graça operante sobre os crentes da antiga dispensação.**

Em Romanos, Paulo aponta para a perfeição da lei, que, se obedecida, seria suficiente para a salvação. Porém, nossa natureza carnal confronta-se com a perfeição da lei, e essa, dada para a vida, torna-se em ocasião de morte. **Uma vez que todos são comprovadamente transgressores da lei, ela cumpre a função de revelar a nossa iniquidade.**

Explicando isso, Calvino comenta:

Ainda que o pacto da graça se acha contido na lei, não obstante Paulo o remove de lá; porque, ao contrastar o evangelho com a lei, ele leva em consideração somente o que fora peculiar à lei em si mesma, ou seja: a *ordenança e proibição*, refreando assim os transgressores com a ameaça de morte. Ele atribui à lei suas próprias qualificações, mediante as quais ela difere do

¹³ Uma discussão muito esclarecedora do assunto se encontra em JOHNSON, Merwyn S. . Calvin's Handling of the Third Use of the Law and Its Problems. In: *Calviniana: Ideas and Influences of Jean Calvin*, v. X, (1988), p. 33-50.

¹⁴ CALVINO, *As Institutas*, II.VII.1.

¹⁵ CALVINO, op. cit., II.VII.7.

evangelho. Contudo, pode-se preferir a seguinte afirmação: “Ele só apresenta a lei no sentido em que Deus, nela, pactua conosco em relação às obras”.¹⁶

B. O SEGUNDO USO DA LEI: USO CIVIL

É a função da lei que restringe o pecado humano, ameaçando com punição as faltas contra ela mesma.¹⁷ É certo que essa função da lei não opera nenhuma mudança interior no coração humano, fazendo-o justo ou reto ao obedecê-la. A lei opera assim como um freio, refreando “as mãos de ação externa”.¹⁸ Portanto, pela lei somente o homem não se torna submisso, mas é **coagido pela força da lei que se faz presente na sociedade comum**. É exatamente isto que permite aos seres humanos uma convivência social. Vivemos em sociedade para nos proteger uns dos outros. Com o tempo, o homem pode aprender a viver com tranquilidade por causa da lei de Deus que nos restringe do mal. O homem é capaz, por causa da lei de Deus, de copiá-la para o seu próprio bem. É até mesmo capaz de criar leis que refletem princípios da justiça de Deus. Calvino menciona o texto de 1Timóteo 1.9-10 para mostrar essa função da lei:

[...] tendo em vista que não se promulga lei para quem é justo, mas para transgressores e rebeldes, irreverentes e pecadores, ímpios e profanos, parricidas e matricidas, homicidas, impuros, sodomitas, raptos de homens, mentirosos, perjuros e para tudo quanto se opõe à sã doutrina [...].

Assim, a lei exerce o papel de **coerção para esses transgressores e evita que esse tipo de mal se alastre ainda mais amplamente no seio da sociedade humana**. Essa ação inibidora da lei cumpre ainda um outro papel importante no caso dos eleitos não-regenerados. Ela serve como **um aio**, um **condutor a Cristo**, como diz Paulo em Gálatas 3.24: “de maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé”. Dessa forma ela serviu à sociedade judia e serve à sociedade humana como um todo. **Da mesma forma essa lei serve ao eleito ainda não-regenerado. Ele, antes da manifestação da sua salvação, é ajudado pela lei a não cometer atrocidades, não como uma garantia de que não fará algo terrível, mas como uma ajuda, pelo temor da punição.**

C. O TERCEIRO USO DA LEI: USO CRISTÃO

Esse uso da lei só é válido para os cristãos: A lei os ensina, a cada dia, qual a vontade de Deus.¹⁹ Segundo o texto de Jeremias 31.33, a lei de Deus é escrita na mente e no coração dos crentes:

Porque esta é a aliança que firmarei com a casa de Israel, depois daqueles dias, diz o SENHOR: Na mente, lhes imprimirei as minhas leis, também no coração lhes inscreverei; eu serei o seu Deus, e eles serão o meu povo.

Se a lei de Deus está impressa na mente e escrita no coração dos crentes, qual a função da lei escrita por Moisés? Ela é realmente necessária? Não basta um coração convertido, amoroso e cheio de compaixão para conhecer a vontade de Deus? A “lei do

¹⁶ Calvino, 2001, p. 286; parte do comentário de Romanos 8.15.

¹⁷ CALVINO, *As Institutas*, II.VII.10.

¹⁸ CALVINO, op. cit., loc. cit.

¹⁹ Ibid., II.VII.12.

amor” e a consciência do cristão orientado pelo Espírito Santo não bastam? Não seria suficiente apenas termos a paz de Cristo como árbitro de nossos corações? (Cl 3.15).

Creio que não é bem assim. **A lei, assim como no Éden, tem ainda um papel orientador para os cristãos.** Embora eles sejam guiados pelo Espírito de Deus, vivendo e dependendo tão somente da sua maravilhosa graça, a “lei lhes é o melhor instrumento mediante o qual melhor aprendam cada dia, e com certeza maior, qual é a vontade de Deus, a que aspiram, e se lhe firme na compreensão”.²⁰ **A paz de Cristo como o árbitro dos corações só é clara quando conhecemos com clareza a vontade de Deus expressa na sua lei.** Deus expressa sua vontade na sua lei e essa se torna um prazer para o crente, não uma obrigação. **Calvino exemplifica com a figura do servo que de todo o coração se empenha em servir o seu senhor, mas que, para ainda melhor servi-lo, precisa conhecer e entender mais plenamente aquele a quem serve.** Assim, o crente, procurando melhor servir ao seu Senhor empenha-se em conhecer a sua vontade revelada de maneira clara e objetiva na lei.

A lei também serve como **exortação para o crente.** Ainda que convertidos ao Senhor, resta em nós a fraqueza da carne, que pode ser, no linguajar de Calvino, chicoteada pela lei, não permitindo que estejamos à mercê da inércia da mesma.

Vejamos alguns exemplos do relacionamento entre o crente do Antigo Testamento e o terceiro uso a lei. Primeiramente, podemos observar o prazer do salmista ao falar da lei em Salmos 19.7-14:

A lei do SENHOR é perfeita e restaura a alma; o testemunho do SENHOR é fiel e dá sabedoria aos simplices.

Os preceitos do SENHOR são retos e alegram o coração; o mandamento do SENHOR é puro e ilumina os olhos.

O temor do SENHOR é límpido e permanece para sempre; os juízos do SENHOR são verdadeiros e todos igualmente justos.

São mais desejáveis do que ouro, mais do que muito ouro depurado; e são mais doces do que o mel e o destilar dos favos.

Além disso, por eles se admoesta o teu servo; em os guardar, há grande recompensa.

Quem há que possa discernir as próprias faltas? Absolve-me das que me são ocultas.

Também da soberba guarda o teu servo, que ela não me domine; então, serei irrepreensível e ficarei livre de grande transgressão.

As palavras dos meus lábios e o meditar do meu coração sejam agradáveis na tua presença, SENHOR, rocha minha e redentor meu.

Que princípio de morte opera nessa lei, segundo o salmista? **Nenhum.** Para o regenerado, o crente no Senhor, a lei é **prazer, é desejável, inculca temor, restaura a alma** e lhe **dá sabedoria.** Isso de alguma forma parece contradizer os ensinamentos do Novo Testamento. O terceiro uso da lei é claro para o salmista. **A lei em si não faz nenhuma dessas coisas, mas para o coração regenerado ela traz prazer e alegria.** Na lei o salmista reconhece a sua rocha, o seu redentor, Jesus Cristo: “rocha minha e redentor meu.”

Observe também Salmos 119.1-20:

Bem-aventurados os irrepreensíveis no seu caminho, que andam na lei do SENHOR.

²⁰ Ibid., loc. cit.

Bem-aventurados os que guardam as suas prescrições e o buscam de todo o coração; não praticam iniquidade e andam nos seus caminhos.
Tu ordenaste os teus mandamentos, para que os cumpramos à risca.
Tomara sejam firmes os meus passos, para que eu observe os teus preceitos.
Então, não terei de que me envergonhar, quando considerar em todos os teus mandamentos.
Render-te-ei graças com integridade de coração, quando tiver aprendido os teus retos juízos.
Cumprirei os teus decretos; não me desampares jamais.
De que maneira poderá o jovem guardar puro o seu caminho? Observando-o segundo a tua palavra.
De todo o coração te busquei; não me deixes fugir aos teus mandamentos.
Guardo no coração as tuas palavras, para não pecar contra ti.
Bendito és tu, SENHOR; ensina-me os teus preceitos.
Com os lábios tenho narrado todos os juízos da tua boca.
Mais me regozijo com o caminho dos teus testemunhos do que com todas as riquezas.
Meditarei nos teus preceitos e às tuas veredas terei respeito.
Terei prazer nos teus decretos; não me esquecerei da tua palavra.
Sê generoso para com o teu servo, para que eu viva e observe a tua palavra.
Desvenda os meus olhos, para que eu contemple as maravilhas da tua lei.
Sou peregrino na terra; não escondas de mim os teus mandamentos.
Consumida está a minha alma por desejar, incessantemente, os teus juízos.

De onde vem esse desejo do salmista pelos juízos de Deus? Da lei que opera sobre o homem natural? Certamente que não. **Mas para o homem regenerado a lei de Deus se torna objeto de desejo da alma. A lei é maravilhosa para aquele que tem os olhos abertos pelo Senhor. Amar a lei de Deus é ensino claro das Escrituras para os regenerados. Viver na lei de Deus é bênção para o cristão, para o salvo.** Ela é o nosso orientador para melhor conhecermos a vontade do nosso Senhor e assim melhor servi-lo. Observe que o viver segundo a lei de Deus é considerado uma bem-aventurança, é como ter fome e sede de justiça.

Pergunto: **O que seria do cristão sem a lei para orientá-lo? Como conheceria ele a vontade de Deus?** (essa, aliás, é uma das perguntas mais frequentes entre os crentes no seu dia-a-dia). Ele seria um perdido, buscando respostas em seu próprio coração, na igreja, no consenso eclesiástico, na autoridade de alguém que considerasse superior. Mas **o crente tem a lei de Deus, expressando objetivamente qual é o desejo do Criador para a criatura, qual o desejo do Pai para seus filhos.**

Mas essa visão da lei não nos traz de volta ao legalismo? Estamos então novamente debaixo da lei? **Certamente que não.** Para bem entendermos a posição bíblica expressa por Calvino sobre a lei no pacto da graça, precisamos entender também como ele relaciona Cristo e a Lei.

V. Cristo e a lei

Precisamos entender que Cristo **satisfez e cumpriu** a lei de forma plena e completa. Ele não veio revogar a lei. Façamos uma breve análise de Mateus 5.17-19:

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas; não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da Lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos

céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus.

Alguns pontos interessantes são demonstrados por Jesus nessa passagem:

- a) Ele veio **cumprir** a lei e não revogá-la.
- b) A lei seria cumprida totalmente, em todas as suas exigências e em todas as suas modalidades (moral, cerimonial e civil) enquanto houvesse sentido em fazê-lo.

[...]

Como entender essas conclusões de Jesus com respeito a si mesmo e à Lei?

- a) **Ele veio cumprir a lei e de fato a cumpriu em todas as suas dimensões: cerimonial, civil e moral.** Não houve qualquer aspecto da lei para o qual Cristo não pudesse atentar e cumprir. Cristo cumpriu a lei de forma perfeita, sendo obediente até a própria morte. Ele tomou sobre si a maldição da lei. Ele se torna o fundamento da justificação para o eleito.
- b) Ele não só cumpriu a lei perfeitamente, mas **também interpretou a lei de forma perfeita**, permitindo aos que comprou na cruz, entendê-la de forma mais completa, mais abrangente.
- c) **Os que nele creem agora também podem cumprir os aspectos necessários da lei para uma vida santa.** No entanto, esses que por ele são salvos **não são [...] dependentes da lei para a sua salvação.** [...].
- d) Cristo, ao cumprir a lei, [livra o crente da] maldição da lei, mas não de submeter-se a seu ensino.²¹ A lei continua com o seu papel de ensinar ao ser humano a vontade de Deus. O cancelamento da maldição da lei é aquilo a que Paulo se refere em textos como Romanos 6.14 e Gálatas 2.16 — estamos debaixo da graça!²² A lei continua no seu papel de nos ensinar, pela obra do Espírito Santo. **Não somos mais condenados pela lei nem servos da mesma. A lei, por expressar a vontade de Deus, se torna um prazer pra nós.**

Johnson resume o material sobre Cristo e a lei no pensamento de Calvino da seguinte forma:

O ponto principal, claro, é que Cristo cumpriu a lei em todos os aspectos, seja no vivê-la, no submeter-se à maldição da lei para satisfazer a sua exigência de punição dos transgressores, ou restabelecendo sobre outras bases a possibilidade de cumprir aquilo que a lei requer. Cristo, em outras palavras, satisfaz tudo o que a lei exigiu ou pode vir a exigir da humanidade. A justificação que estava associada à lei agora pertence completamente a Cristo.²³

Portanto, **nossa obediência à lei não acontece e não pode acontecer sem Cristo. Tentar viver debaixo da lei, sem Cristo, é submeter-se à escravidão.** Porém, **obedecer à lei com Cristo é prazer e vida.** Também, nesse sentido, Cristo é o fim da lei!

²¹ CALVINO, *As Institutas*, II.VII.14.

²² Nota do Rev. Misael B. Nascimento: A ideia de cancelamento ou ab-rogação da maldição da lei não significa que esta foi simplesmente anulada ou deixou de existir. Pelo contrário, ela foi completamente realizada ou executada em Cristo; que a assumiu quando nos substituiu na cruz (Gl 3.13).

²³ JOHNSON, *op. cit.*, p. 44.

Conclusão

Como fica o aparente paradoxo inicial entre a Lei e Graça? Como corrigir essa visão distorcida? Mais uma vez creio que a visão correta da *Confissão de Fé* pode nos ajudar a entendê-lo:

IV. Esse pacto da graça é frequentemente apresentado na Escritura pelo nome de Testamento, em referência à morte de Cristo, o Testador, e à herança eterna, com tudo o que lhe pertence, legada neste pacto.

V. Esse pacto, no tempo da lei, não foi administrado como no tempo do evangelho. Sob a lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, da circuncisão, do cordeiro pascoal e de outros tipos e ordenanças dados ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir. Por aquele tempo — que se chama de o Antigo Testamento — essas coisas, pela operação do Espírito Santo, foram suficientes e eficazes para instruir e edificar os eleitos na fé do Messias prometido, por quem tinham plena remissão dos pecados e a salvação eterna.

VI. Sob o evangelho, quando foi manifestado Cristo, a substância, as ordenanças pelas quais este pacto é dispensado, são a pregação da Palavra e a administração dos Sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor; por essas ordenanças, posto que poucas em número e administradas com mais simplicidade e menos glória externa, o pacto é manifestado com mais plenitude, evidência e eficácia espiritual, a todas as nações; aos judeus, bem como aos gentios. Isso é chamado de o Novo Testamento. Não há, pois, dois pactos da graça diferentes em substância, mas um e o mesmo sob várias dispensações. CFW VII.IV-VI.

Portanto, ao relacionarmos lei e graça devemos nos lembrar dos diversos aspectos e nuances que estão envolvidos nesses termos.

Primeiramente, **encontramos tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, a graça de Deus.** Ele não reserva a sua graça somente para o período do Novo Testamento, como muitos pensam. **Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento podemos ver Deus agindo graciosamente, salvando aqueles que creem na promessa do Redentor.** Assim Abel, Enoque, Noé, Abraão e todos os santos do Antigo Testamento foram remidos. **Nenhum deles foi salvo por obediência à Lei, ainda que o Senhor requeresse deles, assim como requer de nós, que sejamos obedientes.**

Em segundo lugar, **a lei opera para vida ou morte no pacto das obras e somente para a morte no pacto da graça.** No pacto das obras, por mérito, o homem poderia continuar vivo e merecer a “árvore da vida”. Portanto, pela obediência o homem viveria. **No pacto da graça a lei opera para condenação do homem caído. Porque o homem já está condenado, ele não pode mais cumprir a lei e ela lhe serve para a morte.**

Por último, **o crente se beneficia da lei estando debaixo da obra redentora de Cristo.** O mérito de Cristo, sendo obediente à lei até as últimas consequências, compra-nos o benefício da salvação e a graça de conhecermos a vontade de Deus pela sua lei. O único modo de o ser humano ser salvo é submeter-se totalmente àquele que, por mérito, compra-lhe a salvação. Ainda aqui o homem é beneficiado pela lei. Cristo a cumpre e declara justificado aquele por quem ele morre.

Portanto, o nosso gráfico do início deveria ser modificado para refletir a verdade bíblica sobre a Lei e a Graça de Deus:

Dispensação do Antigo Testamento ----- Dispensação do Novo Testamento		
<i>Pacto das Obras</i>	<i>Pacto da Graça</i>	
Antes da Queda	Após a Queda no AT	Após a queda no NT
Obras	Graça – obras como fruto da fé	
Lei	Evangelho – obediência à lei como consequência	
Vida garantida pela obediência (1º Adão)	A lei condena o inconverso <i>Uso Teológico</i>	

Aquele que tem os meus mandamentos e os guarda, esse é o que me ama; e aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me manifestarei a ele (João 14.21).